

EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA COMUNIDADE TUPINAMBÁ DE OLIVENÇA

Evilania Bento da Cunha¹

RESUMO

Nos últimos anos, os povos indígenas que resistiram, vêm lutando por uma educação diferenciada que respeite suas culturas. Na educação indígena, toda a tribo é formadora, e os conhecimentos são transmitidos de geração em geração, na maioria das vezes, sendo o ancião o responsável pela transmissão. As comunidades indígenas desde sua origem vivem harmoniosamente com o seu meio, isso não significa que não ocorreu destruição, porém houve um respeito ao ciclo natural contribuindo para preservação ambiental. É necessário fazer as relações entre educação ambiental e educação indígena. Pois, para os indígenas é muito natural à relação entre os homens e a terra, há uma compreensão holística de mundo. Para tanto, propomos como objetivo geral analisar a educação ambiental do ponto de vista dos Parâmetros Curriculares Nacionais- PCN e do Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas- RCNEI. Os objetivos específicos são: Verificar o que rege o PCN e o RCNEI; Classificar as diferenças e semelhanças sobre a educação ambiental presentes no PCN e RCNEI; Identificar ações concretas de educação ambiental do povo Tupinambá de Olivença. Diante dos objetivos específicos aqui definidos, esse trabalho propõe-se a comparar o PCN e o RCNEI e sua prática na Comunidade Tupinambá de Olivença.

Palavras-chave: Educação indígena, Educação ambiental, Tupinambá de Olivença

ABSTRACT

ENVIRONMENTAL EDUCATION IN TUPINAMBÁ COMMUNITY OF OLIVENÇA

In The last yeas, indian peoples that resisted, are arguing for different education that respects their culture. In indian education the whole tribe is former, and the knowledge is passed from generation to generation, most being an ancient Indian the responsible to transmit this know ledge. The Indian communities since their origin live in harmony in their place, this does not mean that there weren't destruction r, but there were a respect to the natural cycle contributing to environment preservation. It's important to do links between environmental education and indian education. For the indians it is common the relation between the man and the land, with a holistic comprehension. There for we propose as agenrd aim to analyze the environmental education according to National Parameter Curricular - NPC and National Referencial Curricular to indian Schools NRCIS. The specific aims are: verify what rule the NPC and the NRCIS; classify the differences and similarities about environmental education that are in NPC and the NRCIS; identify factual actions in the environmental education of the Tupinambá people from Olivença. Before the specific objectives here defined, this work propose to compare the NPC and the NRCIS and their practice in the Tupinambá Community of Olivença.

Keywords: indian education, environmental , Tupinambá of Olivença

¹ Voluntária Escola Família Agrícola Santa Angela-Pedro II /PI(2010), Especializada em Educação Geoambiental pela UNIME- Itabuna/BA(2009), Graduação em Geografia pela UESC- Ilhéus/BA(2008), E-mail: evilaniageo@yahoo.com.br
Especializanda em Educação Geoambiental pela UNIME, E-mail: evilaniageo@yahoo.com.br

1. INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, os povos indígenas que resistiram, vêm lutando por uma educação diferenciada que respeite suas culturas e valorize o ensino bilíngüe, atendendo às necessidades de cada nação, no entanto, articuladas à cultura ocidental e cristã. Na educação indígena, toda a tribo é formadora, e os conhecimentos são transmitidos de geração em geração, na maioria das vezes, sendo o ancião o responsável pela transmissão. Porém, o contato dessas sociedades com os colonizadores interferiu em seus costumes, fazendo-se necessárias escolas indígenas nas tribos (BARROS, 1997), a fim de ensinar às crianças o exigido pela sociedade moderna sem perder sua cultura e seus valores.

A Constituição Federal brasileira de 1988 assegura por lei a educação escolar, através dos artigos 210 e 231 (SILVA, 2003). O artigo 210 no seu § 2º assegura às comunidades indígenas a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem, possibilitando a escola indígena à oportunidade de ser instrumento de valorização das línguas, dos saberes e das tradições indígenas, contudo o ensino fundamental regular será ministrado em língua portuguesa. Já o artigo 231 diz que aos índios são reconhecidas sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.

As comunidades indígenas desde sua origem vivem harmoniosamente com o seu meio, isso não significa que não ocorreu destruição, porém houve um respeito ao ciclo natural contribuindo para preservação ambiental.

A constituição de 1988 também inclui um capítulo sobre o meio ambiente, no qual a Educação ambiental é definida como direito de todos e dever do Estado. É necessário fazer as relações entre educação ambiental e educação indígena. Pois, para os indígenas é muito natural à relação entre os homens e a terra, há uma compreensão holística de mundo, para eles tudo está interligado, e não entendem o porquê da dicotomia, sobretudo colocando o homem numa escala superior, dando-lhe o direito de destruir, como declarou Seathl, cacique da tribo Duwamish, do Estado de Washington – EUA(1976, p.67):

Como podes comprar ou vender o céu, o calor da terra? Tal idéia é-nos estranha. Nós não somos donos da pureza do ar ou do resplendor da água. Como podes então comprá-los de nós? Decidimos apenas sobre o nosso tempo, toda essa terra é sagrada para o meu povo (...), tudo quanto fere a terra fere também os filhos da terra. De uma coisa sabemos que o homem branco talvez venha um dia a descobrir: o nosso Deus é o mesmo Deus. Ele é Deus da humanidade inteira e quer bem igualmente ao homem vermelho como ao branco.

Com esta declaração de respeito ao meio por parte dos povos indígenas propomos como objetivo geral analisar a educação ambiental do ponto de vista dos Parâmetros Curriculares Nacionais- PCN e do Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas- RCNEI.

Os objetivos específicos são:

- Verificar o que rege o PCN e o RCNEI;
- Classificar as diferenças e semelhanças sobre a educação ambiental presentes no PCN e RCNEI;
- Identificar ações concretas de educação ambiental do povo Tupinambá de Olivença

2. METODOLOGIA

Diante dos objetivos específicos aqui definidos, esse trabalho propõe-se a comparar o PCN e o RCNEI e sua prática na Comunidade Tupinambá de Olivença. Para tanto, faremos uso de pesquisa bibliográfica que para Carvalho (1989, p.100) é a atividade de localização e consulta de fontes diversas de informação escrita, para coletar dados gerais ou específicos a respeito de determinado tema.

Para Gil (1994) a pesquisa bibliográfica é constituída principalmente de pesquisa em livros e artigos científicos, a principal vantagem encontra-se na possibilidade que o pesquisador tem de possuir um amplo conhecimento dos fenômenos, mais do que poderia ter se fosse pesquisar diretamente. A desvantagem desse procedimento encontra-se nas fontes secundárias que podem apresentar dados coletados e processados de forma equivocada.

Para identificar as ações concretas de educação ambiental foi feito um estudo de caso com o povo Tupinambá de Olivença, o estudo de caso é caracterizado pelo estudo profundo de um ou poucos objetos, se fundamenta na idéia de que a análise de uma unidade de determinado universo possibilita a compreensão da generalidade (GIL, 1994).

Foi utilizada como instrumento de coleta de dados a entrevista com um membro da direção da Associação dos Tupinambá, segundo Carvalho (1989) é uma técnica alternativa para coletar dados não documentados, enquanto Gil (1994) diz que a entrevista é bastante adequada para obtenção de informações acerca do que as pessoas sabem, crêem, esperam, sentem ou desejam, é uma forma de interação social. Além da pesquisa bibliográfica nos documentos oficiais: Os Parâmetros e Referencial Curricular.

3. PRÁTICAS AMBIENTAIS RESULTANTE DOS PARAMETROS CURRICULARES NACIONAIS PARA EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Os Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental, que versam sobre os temas transversais como Meio Ambiente, inicia fazendo uma abordagem sobre a necessidade de criar parques e reservas na segunda metade do século XX. Tal necessidade advém do alto ritmo de ocupação desencadeando problemas como acúmulo de detritos, desmatamento, ocupação desordenada do solo.

A crise do século XX não é só ambiental, mas civilizatória e exige mudanças na concepção de mundo, de natureza, de poder, de bem-estar, tendo novos valores individuais e sociais. Assim, a Educação ambiental surge como uma necessidade de se investir numa mudança de mentalidade, a qual os indígenas cultivavam com suas tradições e costumes.

A conferência internacional Rio-92 reconheceu o papel central da educação para a construção de um mundo socialmente justo e ecologicamente equilibrado. Porém, iniciativas de educação ambiental já eram desenvolvidas e tomou um novo impulso com a Constituição de 1988 no art. 225, §1º, onde delega ao CONAMA- Conselho Nacional do Meio Ambiente estabelecer os objetivos e estratégias para educação ambiental (PCN vol. 9, 1997).

A função do trabalho com o tema Meio Ambiente é contribuir para formação de cidadãos conscientes, mais que informações e conceitos, a escola deve se propor a trabalhar com atitudes, formação de valores, aprendizagem de habilidades e procedimentos. A Constituição se propõe ainda a preservação dentre outros da Mata Atlântica e Zona Costeira, cabe aqui salientar que esses biomas foram na sua maioria extintos levando consigo muitos povos indígenas.

Contudo, a Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento discute sobre a possibilidade de um desenvolvimento que satisfaça as necessidades presentes sem comprometer a capacidade das gerações futuras, denominando de Desenvolvimento

Sustentável, aquele que melhora a qualidade da vida humana dentro dos limites da capacidade de suporte dos ecossistemas.

Uma sociedade sustentável respeita e cuida da comunidade dos seres vivos, ou seja, de outras pessoas e outras formas de vida, permite que as comunidades cuidem de seu próprio ambiente. Além da sustentabilidade é fundamental o respeito à diversidade, tanto os povos indígenas quanto as culturas regionais devem ter seu espaço garantido e sua dignidade resgatada.

No PCN - Meio Ambiente identificamos os objetivos gerais para desenvolver esta temática transversal no ensino fundamental, para tanto é importante a transcrição para uma posterior comparação e análise com o RCNEI. Os objetivos são:

- Conhecer e compreender de modo integrado e sistêmico noções básicas relacionadas ao meio ambiente;
- Adotar posturas que levem a interações construtivas e ambientalmente justas;
- Observar e analisar fatos ambientais de modo crítico;
- Perceber em diversos fenômenos naturais relações de causa-efeito;
- Compreender e dominar procedimentos de conservação e manejo dos recursos naturais;
- Perceber, apreciar e valorizar a diversidade natural e sociocultural;
- Identificar-se como parte integrante da natureza.

Tendo em vista os objetivos a serem alcançados a estruturação do conteúdo é apresentada em três blocos:

1. Os ciclos da natureza,
2. Sociedade e meio ambiente
3. Manejo e conservação ambiental.

No primeiro é preciso desenvolver nos alunos a capacidade de observar determinado fenômeno e perceber nele relações e fluxos no espaço e no tempo. Sendo os ciclos da água, os ciclos da matéria orgânica e as teias e cadeias alimentares exemplos de conteúdos a serem estudados no ciclo da natureza.

No segundo é oferecida a oportunidade de refletir sobre as interações que os grupos humanos têm em seu ambiente. Os conteúdos podem ser a diversidade cultural e diversidade ambiental, as diversas paisagens da região em que vivem, as diferenças entre ambiente preservado e degradados. Neste segundo tópico percebe-se uma relação entre os povos indígenas e o seu meio.

No terceiro é importante que o aluno seja capaz de identificar formas inadequadas de manejo dos recursos naturais e se posicionar de forma crítica oferecendo soluções. Espera-se que o aluno livremente engaje-se e utilize procedimentos adequados que apresente na prática a valorização do meio ambiente.

A Educação Ambiental a ser desenvolvida na escola deve focar a totalidade do meio ambiente, constituir-se num processo permanente e contínuo durante todas as fases do ensino formal e aplicar um enfoque interdisciplinar aproveitando o conteúdo de cada área.

4. PRÁTICAS AMBIENTAIS INERENTES A CULTURA INDÍGENA

Os povos indígenas conquistaram o direito a uma educação diferenciada levando em consideração sua cultura, para tanto se fez necessário a construção de um referencial Curricular próprio em respeito a sua identidade. Uma vez que a Constituição de 1988 e a nova Lei de Diretrizes Bases - LDB garantem esse direito, dessa forma, os governos municipais e estaduais precisam respeitar as diferenças de cada povo. Com base nesse princípio que o professor Baniwa, Gersen dos Santos citado no RCNEI diz que todo projeto escolar só será escola indígena se for pensado, planejado, construído e mantido pela vontade livre e consciente da comunidade. Assim, o Referencial Nacional é um subsídio para elaboração do currículo da cada escola levando em consideração suas particularidades.

O Referencial é dividido em 2 partes, a primeira aborda os fundamentos políticos, históricos, legais e antropológicos, a segunda parte quer oferecer referências para uma prática pedagógica. Na Declaração de princípios redigida pelos professores indígenas do Amazonas, Roraima e Acre no 12º princípio diz que as escolas indígenas deverão atuar junto às comunidades na defesa, conservação, preservação e proteção de seus territórios.

A escola indígena deve tornar possível essa relação entre a educação escolar e a própria vida em sua dinâmica histórica, o RCNEI traz o depoimento de um professor indígena que fala da construção do saber de uma forma integrada e integradora, pois a fonte do saber está no respeito a todas as coisas criadas. Sendo, a escola, para os indígenas uma instituição que guardará suas tradições no momento que são transmitidas aos mais novos e ao mesmo tempo aprendendo os conhecimentos dos não-índios e dessa forma relacionar-se de igual para igual do ponto de vista do conhecimento.

A nossa sabedoria a gente tem que buscar. E para buscar a sabedoria a gente tem que buscar o deus. E o deus, ele está presente onde a gente invoca ele. Ele

está junto. Então a gente está sempre buscando, sempre pensando, para junto a gente buscar a nossa força. Porque a nossa força ela está no céu, ela está na floresta, ela está na água, na pedra. Porque a pedra, para nós ela representa; a gente faz o casamento através da pedra (...) é um símbolo de união, união de família. A pedra, para nós, ela tem espírito. O espírito da força, o espírito da união. E cada planta existe na terra, na floresta, ela tem a sua força, o seu espírito da força, o espírito da união. E cada planta que existe na terra, na floresta, ela tem a sua força, o seu espírito e a água também. Para nós é muito bom a gente tentar reconstruir, buscar isso para nós, para fortalecer a nossa luta. E isso a gente está buscando mais para fazer o nosso trabalho. Isso para nós é que vai ser a nossa força, é que vai fazer a nossa escola ir para frente. Kanatyó, professor Pataxó, MG.(RCNEI,2005, p.63)

O depoimento do professor Pataxó nos proporciona a compreensão de que o universo para os povos indígenas está interligado e que a educação é um instrumento para lembrar que tudo faz parte da vida. Ao contrário da educação ambiental que vem nos alertar que precisamos voltar às origens dos autóctones respeitando o espaço em que vivemos, caso contrário colocaremos em risco o futuro dos povos e do próprio planeta terra.

O RCNEI apresenta seis temas transversais:

1. Terra e biodiversidade
2. Auto-sustentação
3. Direitos, Lutas e movimentos
4. Ética indígena
5. Pluralidade cultural
6. Saúde e educação

Dentre os temas transversais adotados para educação escolar indígena o primeiro, o segundo e o sexto são os que abordam diretamente sobre o meio ambiente e aspectos de educação ambiental.

No primeiro a temática está intrinsecamente ligada a existência dos povos indígenas. A terra é para muitos povos indígenas a mãe, quem gera e alimenta a vida. As terras indígenas ainda são aquelas que possuem essas características de harmonia e equilíbrio. No entanto, as destruições em nome do progresso, o uso predatório dos recursos naturais afetam as condições socioambientais.

Dentre os povos indígenas uma preocupação é a perda das sementes reforçada no mito de origem dos legumes. Assim, trabalhar na escola a necessidade de preservar as sementes é importante para o equilíbrio da biodiversidade.

Os Tupinambá de Olivença buscaram retomar essa preocupação com o meio aliado as fontes econômicas sustentáveis. Claudio Magalhães um dos membros da presidência da Associação dos Tupinambá idealizou e organizou em parceria com Organizações não governamentais e a Secretaria de Meio Ambiente de Ilhéus, o seminário sócio ambiental do povo Tupinambá.

A figura 1 apresenta um recorte de jornal anunciando o primeiro seminário que ocorreu em 2005, ocorreram mais duas versões em 2006 e 2007, em 2008 não foi possível por falta de apoio. O principal objetivo deste seminário é socializar entre os próprios Tupinambá, técnicas de cultivo sustentável, seja praticada por um tupinambá ou de órgãos que trazem formas de manejo sustentável.

Figura 1: Seminário Sócio Ambiental



Fonte: Jornal Agora, maio de 2005

Esse encontro foi um momento de articulação dos agentes de saúde, um outro tema que está inerente a educação indígena, já que foi através do conhecimento das ervas que foram descobertas vários antídotos para curar as enfermidades da sociedade.

Uma das preocupações é o processo de desmatamento constante além de pedreiras e areal que se instalaram em suas terras. Na figura 2, 3 e 4 são apresentadas plantações de frutas e seringa respectivamente.

Figura 2: plantações de frutas na estrada para Sapucaeira



Fonte: Trabalho de campo. CUNHA, Evilania Bento da. 2007

Figura 3: plantações e pastos



Fonte: Trabalho de campo. CUNHA, Evilania Bento da. 2007

Figura 4: Seringal na comunidade de Sapucaeira



Fonte: Trabalho de campo. CUNHA, Evilania Bento da. 2007

Essas propriedades estão inseridas no Território Tupinambá, contudo, pertencem a produtores rurais, que preocupados com o lucro não se preocupam com um manejo sustentável do solo e conseqüentemente com o equilíbrio ambiental.

Na seqüência de fotos que seguem apresentam ainda algumas paisagens raras que indicam a preservação, embora, após 500 anos de contato as técnicas proporcionam mais conforto aos índios, que demoravam um ou dois dias de viagem de Sapucaeira a Olivença, hoje os seus 15 quilômetros de distância podem ser percorridos em uma hora de ônibus em estrada de terra batida, apresentada na figura 5.

A figura 6, 7 e 8 nos apresenta uma seqüência de paisagens de outra comunidade Tupinambá, é a comunidade Acuipe de Baixo, que fica a margem do oceano atlântico, cortada pela rodovia Ilhéus-Una, fazendo-se necessário caminhar um pouco no sentido oeste a fim de encontrar uma mata secundária com pequenos roçados de mandioca e árvores frutíferas, de onde alguns artesãos recolhem sementes para confeccionar seus colares e adereços. A figura 6 mostra a casa do pai do professor da comunidade e ao fundo fragmentos da Mata Atlântica, na figura 7 é a escola nucleada que antes era a casa do professor e acolhia os alunos para aula na varanda ou na casa de farinha, já a figura 8 mostra uma bela vista do alto da comunidade que ao longo do século XX tem sofrido com os empreendimentos hoteleiros em vista do turismo.

Figura 5: Matas cortadas para estrada



Fonte: Trabalho de campo. CUNHA, Evilania Bento da. 2007

Figura 6: Fragmentos de mata preservada



Fonte: Trabalho de campo. CUNHA, Evilania Bento da. 2007

Figura 7: Escola nucleada da Comunidade indígena de Acuipe



Fonte: Trabalho de campo. CUNHA, Evilania Bento da. 2007

Figura 8: vista da praia de Acuipe



Fonte: Trabalho de campo. CUNHA, Evilania Bento da. 2007

A comunidade Tupinambá de Olivença localiza-se na região de Mata Atlântica do sul da Bahia, junto a Reserva Biológica de Una entre os municípios de Ilhéus, Buerarema e Una. Fazem parte desse território 23 comunidades: Acuípe de baixo, Acuípe do Meio I, Acuípe do Meio II, Acuípe de Cima, Águas de Olivença, Gravatá, Sapucaieira I, Sapucaieira II, Santana, Mamão, Curupitanga, Campo São Pedro, Parque de Olivença, Olivença, Santaninha, Cururutinga, Maruim, Serra da Trempe, Serra do Serrote, Serra do Padeiro, Lagoa do Mabaço e Serra Negra, com uma população de aproximadamente cinco mil índios. (Memória viva dos Tupinambá de Olivença, 2007 p. 8)

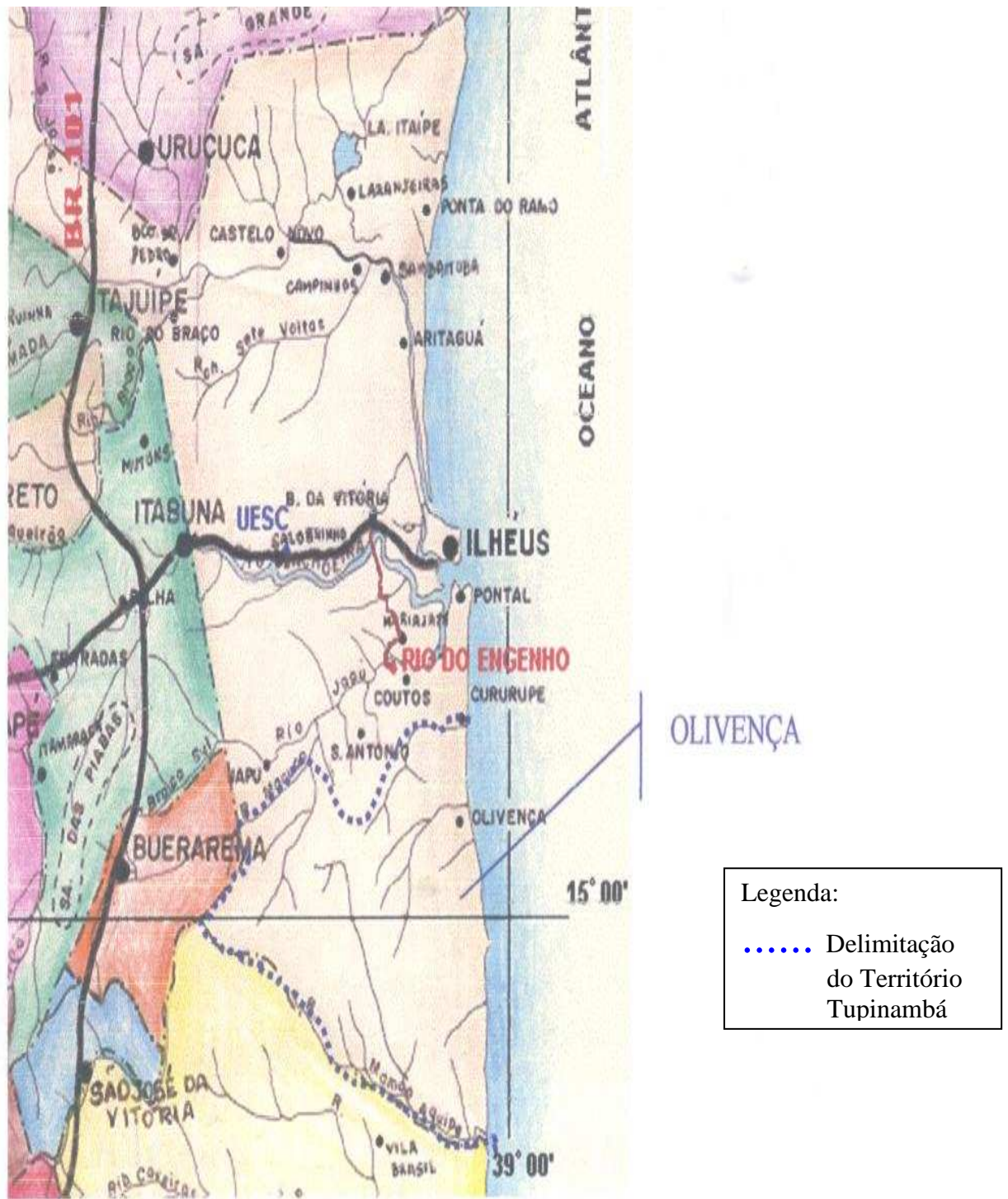
A Associação Indígena Tupinambá busca promover um retorno as origens de sua cultura promovendo o desenvolvimento econômico da comunidade através de práticas sustentáveis, uma vez que a desinformação e a fome geram ações predatórias. Segundo Claudio Magalhães, o povo Tupinambá precisa ser atendido no que se refere à elaboração de projetos na área de agricultura sustentável, eles até já conseguiram alguns pequenos projetos, mas ainda é muito pouco, o ideal seria capacitar alguns membros da comunidade para elaboração de projetos ou ter assessores e técnicos capacitados que pudessem ajudá-los nesse sentido.

Figura 9 – Representação territorial da comunidade Tupinambá de Olivença.



Fonte: Comunidade tupinambá. Índio na visão do índio, 2003.

Figura 10: Localização Geográfica do Território Tupinambá de Olivença em Ilhéus-



Ba

Fonte: MARCIS, T., 2004 Adaptação: CUNHA, E. B., 2006

5. CONCLUSÃO

Uma conclusão possível é que a educação tornou-se um elemento não só de ensinamentos, mas de resgate de conhecimentos que se perderam ou ficaram esquecidos com o tempo e o contato entre diversas culturas. Assim, a educação ambiental vem nos lembrar que precisamos respeitar o meio em que vivemos para continuarmos vivos e a educação indígena pede que respeitemos sua cultura, sua língua, seus costumes e que eles também têm o direito de ter os nossos conhecimentos a sua maneira.

Na carta da Comunidade Indígena Tupinambá de Olivença à sociedade brasileira datada de 31 de janeiro de 2001, encontramos o desejo dessa comunidade na prática de uma educação ambiental quando eles exigem que se cumpra por parte das autoridades os seguintes critérios para uma sobrevivência digna e saudável: viver de uma agricultura sustentável, com direito à pesca e à caça; proibição da destruição das florestas em terras indígenas; proibição da poluição dos rios pelos fazendeiros.

A partir dos objetivos propostos foi percebido que uma das diferenças entre o PCN e RCNEI é que o primeiro tenta construir uma educação para a convivência com a natureza e o cosmos de uma forma holística, porém na tentativa de resgatar o que havia perdido, enquanto que o segundo propõe uma relação entre a cultura tradicional de convívio harmonioso e a aprendizagem de outros saberes para interagir com os não-indios, ou seja, não deixar morrer sua cultura e seus costumes, mas conviver e utilizar de práticas das demais sociedades.

É com base nesta busca de novas técnicas e aperfeiçoamento de técnicas rudimentares que a comunidade Tupinambá busca formação para o seu povo, seja através de seminários ou de entidades que queiram oferecer consultoria e apoio. Esse trabalho pode ajudar na divulgação do povo Tupinambá e na necessidade que eles têm de profissionais que os auxiliem na árdua tarefa de lutar por seu território sem destruí-lo.

6. REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

BARROS, Edir Pina de. Reflexões sobre educação escolar indígena na conjuntura atual. In: CEI-MT. **Urucum, jenipapo e giz: a educação escolar indígena em debate**. Cuiabá-MT. Secretaria de estado de Educação. 1997. p. 25-34.

BRASIL, Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: meio ambiente, saúde/** Secretaria de Educação Fundamental. Brasília. 1997.

BRASIL, Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial Curricular Nacional para as escolas Indígenas**. Brasília: MEC/SEF. 1998.

CARVALHO, Maria Cecília M. de.(org.). **Construindo o saber – Metodologia Científica: fundamentos e técnicas**. 2. ed. Campinas,SP: Papirus. 1989.

COMUNIDADE TUPINAMBÁ. **Índios na visão dos índios**. Salvador-BA: Thydêwá. 2003.

GILL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1994.

Professores Tupinambá de Olivença (org.). **Memória viva dos Tupinambá de Olivença**. Salvador: Associação Nacional de ação indigenista; CESE. 2007. Coleção nosso povo, nossa história.

MARCIS, Teresinha. **A “hecatombe de Olivença”: Construção e reconstrução da identidade étnica – 1904**. Salvador-Ba: Dissertação de mestrado de História social da Faculdade de filosofia e Ciências Humanas da UFBA, 2004.

SEATHL, Cacique. Quem é o dono da pureza do ar e do resplendor da água? **Revista de Cultura Vozes**. Ano 70, vol LXX, abril. 1976, n° 3, p. 67.

SILVA, Sandra Maria da. Legislação da educação escolar indígena e Estatuto dos povos indígenas. **Revista textos e pré textos sobre educação indígena**, Brasília- DF, Ano III, n°3, p. 19-26, jul. 2003.